

Aliança leva critérios para nomeações

Lideranças do PMDB e do PFL temem que a excessiva hesitação do Gover-

ADAUTO CRUZ

a Sarney não leve o País ao caos

Enfim, a Nova República sai da interinidade e assume a plenitude de suas funções. As lideranças da Aliança Democrática — PMDB e PFL —, após sucessivas reuniões, entregam hoje ao presidente em exercício, José Sarney, sugestões sobre os critérios para o preenchimento dos cargos nos segundo e terceiro escalões. Até o final da semana — quando Sarney espera ter um contato com o presidente Tancredo Neves —, deverá ser definido o nome do novo governador de Brasília. Este, porém, é o único caso em que Sarney pretende aguardar uma palavra do Presidente. Nos demais casos, a orientação é assumir plenamente o comando do País.

A excessiva hesitação do governo interino — praticamente paralisado pela enfermidade do presidente Tancredo Neves — foi ontem duramente criticada pelas lideranças da Aliança. Segundo elas, o País, nesse curto período, acumulou prejuízos de toda ordem. E, sem comando efetivo, corre o risco de assistir passivamente à deflagração de movimentos reivindicatórios e greves de toda natureza. Nesse sentido, a greve dos motoristas de ônibus de Brasília, ontem, causou funda impressão no Governo. A cidade vazia, despolicada, entregue à própria sorte. E ainda: duplamente acéfala — sem governador e sem presidente efetivo.

O receio maior — além dos prejuízos de ordem econômica — é que tal quadro se transponha para centros urbanos mais congestionados. “O governo está tão frágil que uma greve no ABC pode simplesmente desmantelá-lo”, dizia, ontem, um ministro de Estado ao **CORREIO**. O temor não é infundado: o ministro da Educação, Marco Maciel, conviveu ontem com a incômoda ameaça de uma deflagração de greve geral dos professores. Com a máquina administrativa paralisada — a maior parte dos cargos de direção conta com a presença meramente figurativa de funcionários da Velha República —, é quase impossível ao ministro enfrentar, com chances de êxito, esse problema.

trativa. As enchentes que inundam o Nordeste fizeram-no precipitar nomeações que imaginava aguardar para o retorno do presidente Tancredo Neves. Mesmo assim, a Sude-ne terá um superintendente interino: Jorge Nova da Costa. A interinidade tem um motivo: não houve consenso entre as lideranças da Aliança Democrática para nomear um efetivo. Como as inundações não podem aguardar consenso, nomeou-se um interino.

Outras nomeações do Ministério do Interior: Sude-sul — ex-senador Evilásio Vieira, de Santa Catarina, ex-líder do PP no Senado e amigo pessoal de Tancredo; Sudeco — ex-senador Mendes Canale, de Mato Grosso do Sul, fundador do PP e igualmente amigo pessoal de Tancredo; presidência do Banco da Amazônia — Delile Guerra de Macedo, indicado pelo governador Gilberto Mestrinho, preterido na indicação do ministro para Assuntos Fundiários.

SEPLAN

Na Seplan, ainda não se passou do plano das intenções para o da ação. Os juros altos preocupam o setor privado e o ministro João Sayad. Mas reduzi-los depende de mudanças nas políticas monetária e fiscal. E essas mudanças ainda estão “em fase de estudos”. Quanto à dívida externa, não se definiram os critérios em que será enquadrada.

Não é só. O programa de combate à fome e ao desemprego — duas prioridades da Nova República — tem prometida a alocação de Cr\$ 15 trilhões, pelo ministro. E consta do Plano dos Cem Dias de Tancredo.

Já se passaram 16 e não há notícia dele. E ainda: das três comissões anunciadas na primeira mensagem de Tancredo ao Ministério, apenas uma funciona, ainda assim em termos discutíveis: a Comissão de Avaliação das Mordomias.

As outras — de Avaliação dos Salários de Pessoal de Empresas Estatais em Serviço no Exterior e a de Avaliação de Incentivos Fiscais — devem estrear hoje. Devem.

ADMINISTRAÇÃO

Mas não é só. Administrativamente, a paralisia do Governo envolve muito dinheiro. Exemplo: ainda não foram definidos os orçamentos e as prioridades para este ano de empresas estatais do porte da Eletrobrás, Nuclebrás e Petrobrás, entre outras, bem como não se fixaram os critérios para a política mineral. O ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, em face da doença de Tancredo Neves, ainda não nomeou dois importantes colaboradores: o presidente do Conselho Nacional do Petróleo (CNP) e o diretor-geral do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM).

Há problemas ainda mais graves. A Eletrobrás soube, pelo ministro do Planejamento, João Sayad, que sofreria cortes em seu orçamento aprovado pela Sest — Cr\$ 6,9 trilhões —, mas seu presidente da Velha República, general Costa Cavalcanti, adverte para a hipótese de racionamento em quatro anos — em face da paralisação das obras —, caso o orçamento da empresa fique abaixo dos Cr\$ 13 trilhões. Na Nuclebrás — empresa posta na berlinda pela Nova República —, fala-se não apenas em cortes, mas até de cancelamento do programa nuclear.

INTERIOR

O ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto, não pôde conviver, como a maioria de seus colegas, com a paralisia adminis-

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Na área do ministro Roberto Gusmão, o quadro é parecido. Os diretores da Siderbrás e os presidentes das empresas controladas só deverão ser conhecidos nos dias nove, 15 e 30, quando as assembleias das empresas serão realizadas. A expectativa dessas nomeações é grande, especialmente da parte dos credores internacionais. Motivo: sem elas, conforme o presidente da Siderbrás, Amaro Lanari Júnior, não poderá ser iniciado o processo de renegociação da dívida externa — US\$ 10 bilhões —, prioridade número um de sua administração.

ARCHER E ACM

Nos Ministérios das Comunicações e Ciência e Tecnologia, também se pretende começar, concretamente, a trabalhar esta semana. Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações, tentará, junto aos ministros João Sayad e Francisco Dornelles, reduzir o percentual das tarifas telefônicas que deveriam ter vigorado desde ontem. O percentual deveria ser de 39%, mas ACM pretende chegar a 30%.

O grande problema de Renato Archer, de Ciência e Tecnologia, continua sendo a transferência da STI — Secretaria de Tecnologia Industrial — e da Comissão Nacional de Energia Nuclear para seu ministério.

Mesmo com o apoio de Ulysses Guimarães, até aqui, nada conseguiu.